



Ação comunicativa e cooperativa agrícola: a produção orgânica na Ecovale e Sul Ecológica¹

Nilson Binda²

RESUMO

O objetivo deste artigo é contribuir no debate das transformações recentes do espaço rural, propondo uma explicação sociológica às ações comunicativas de duas cooperativas ecológicas: Ecovale e Sul Ecológica. Essas cooperativas se caracterizam pela organização da produção e comercialização dos produtos agrícolas exclusivamente orgânicos. O artigo apresenta de forma descritiva uma abordagem qualitativa das práticas, a partir de estudo bibliográfico e de entrevistas com agricultores, diretores e profissionais das cooperativas. Inicialmente, o texto faz breve descrição da realidade socioeconômica das cooperativas. Depois, explana aspectos da teoria da ação comunicativa de Habermas, referencial teórico do estudo, conceituando: sociedade civil, esfera pública, esfera privada e mundo da vida. Em seguida, apresenta a análise dos dados do campo empírico, focada nas ações comunicativas na esfera pública cooperativa, nos caminhos do desenvolvimento rural sustentável; no contexto da agricultura familiar. Nessa parte, o artigo arrola alguns elementos relevantes acerca da agricultura familiar e do cooperativismo agrícolas relacionados os programas Pronaf, PAA e PNAE. Esses elementos relacionam-se às ações de inclusão social de parcela da população rural, à produção de alimentos de forma sustentável, sem agrotóxicos, e à proteção do meio ambiente; no mundo da vida dos agricultores familiares, pelo agir comunicativo.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável. Ação comunicativa. Cooperativismo agrícola.

Abstract

The objective of this paper is to contribute to the debate of recent transformations of rural areas proposing a sociological explanation of the communicative actions of two ecological cooperatives: Ecovale and Sul Ecológica. The organization of production and marketing of organic agricultural products exclusively characterize these cooperatives. The article presents a descriptive qualitative approach of practices, from literature research and interviews with farmers, professionals and directors of the cooperatives. Initially, the text presents brief description of the socio-economic reality of the cooperatives. After, explains aspects of the Habermas' theory of communicative action, theoretical study, conceptualizing civil society, public sphere, private sphere and life world. The following shows the analysis of empirical data from the field, focused on the communicative actions in the public sphere cooperative in



the ways of sustainable rural development and in the context of family farming. In this part, the article lists as some relevant items about family farms and agricultural cooperatives, compared to programs Pronaf, PAA and PNAE. These items relate to the actions of social inclusion of part of the rural population, food production sustainably, without pesticides, and environmental protection, in the life world of family farmers, the communicative action.

Keywords: Sustainable rural development. Communicative action. Agricultural cooperatives.

Introdução

A ação continuada de um sem-número de atores sociais engajados em inúmeras organizações atuantes na esfera pública da sociedade civil, bem como no mundo da vida dos agricultores no contexto da Agricultura Familiar (AF) transforma o espaço rural brasileiro. A demanda por alimentos e pela produção de matéria prima desperta o desejo nesses atores de crescimento econômico e afirmação social. Entretanto, nem sempre é possível perceber em suas ações os investimentos demandados para a produção de alimentos saudáveis com o mínimo de impacto ambiental negativo. Nesse sentido, tornou-se inevitável o confronto de duas ações estratégicas características da sociedade moderna: a ação instrumental técnica, imposta unicamente para produção e o crescimento econômico, sem considerar suficientemente os aspectos determinantes para a preservação do meio ambiente; e a ação comunicativa, articulada livremente pelos atores sociais, que são atuantes na esfera pública e engajados no mundo da vida, um espaço da esfera privada onde ocorrem as relações de intimidade e onde ressoam os problemas relacionados aos seres humanos e ao meio ambiente.

O objetivo do presente artigo é contribuir no debate das transformações recentes no espaço rural brasileiro e buscar uma explicação sociológica a partir da análise das ações comunicativas em duas cooperativas agrícolas ecológicas do estado do Rio Grande do Sul (RS): a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda (Ecovale) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda (Sul Ecológica). Para a explicação sociológica, serviram de referência as contribuições conceituais da Teoria Comunicativa de Jürgen Habermas³. Essa teoria rotineiramente é aplicada em pesquisas na área da



comunicação social, com possibilidade de aplicação na esfera pública cooperativa, pois nela ocorrem ações comunicacionais tramadas para determinados fins.

As duas cooperativas ecológicas foram selecionadas num universo distinto de duas mesorregiões⁴ do estado RS, Centro Oriental e Sudeste, com diferença significativa nos índices de desenvolvimento humano e de renda *per capita*. Nesse mesmo tempo, observam-se características comuns às duas cooperativas, empenhadas em ações comunicativas Agroecológicas. O artigo resulta de um misto de estudo bibliográfico e de levantamento de campo, no qual foram entrevistados associados e dirigentes das cooperativas, bem como profissionais que prestam assessoria técnica às cooperativas. Como resultado, apresentaram-se aspectos de uma pesquisa de abordagem qualitativa das ações comunicativas em cooperativas agrícolas engajadas no mundo da vida dos agricultores familiares.

O estudo está dividido em etapas distintas. Inicialmente, houve uma breve descrição da realidade socioeconômica na qual as cooperativas agrícolas estão inseridas. Depois, explanaram-se alguns aspectos fundamentais da teoria da ação comunicativa de Habermas, enquanto referencial teórico-conceitual do estudo, em que são relacionados os conceitos de sociedade civil, esfera pública, esfera privada e de mundo da vida. Em seguida, a análise dos dados do campo empírico focada em ações comunicativas da esfera pública cooperativa no caminho do desenvolvimento rural sustentável. Nessa parte, arrolam-se alguns elementos relevantes acerca da agricultura e do cooperativismo agrícola inserido nalguns programas governamentais para a agricultura familiar, que se relacionam com as ações comunicativas de inclusão social de parcela da população rural, com a produção de alimentos de forma sustentável, sem a utilização de agroquímicos, e com a proteção do meio ambiente no mundo da vida dos agricultores familiares, por meio do agir comunicativo.

Cooperativas Ecovale e Sul Ecológica: alguns aspectos de seu contexto socioeconômico.

As cooperativas agrícolas, ou agropecuárias, foram decisivas no processo de transformação do espaço rural do estado RS. Suas mudanças ocorreram primeiramente na indução da modernização agrícola ocorrida nas décadas 1960-70



durante a Revolução Verde e, recentemente, na organização da produção agrícola em novo paradigma agrícola, seguindo os princípios da Agroecologia. Esse último tema será debatido para explicitar alguns aspectos socioeconômicos das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica.

As cooperativas agroecológicas, a que se refere este artigo, estão localizadas em duas mesorregiões do estado do RS: a Ecovale na mesorregião Centro Oriental e a Sul Ecológica na Sudeste; com significativa diferença nos índices de desenvolvimento humano e de renda *per capita*. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)⁵ médio dos municípios da Ecovale é de 0,699, enquanto que o índice médio dos municípios da Sul Ecológica é sensivelmente inferior, de 0,654. A mesorregião Sudeste é mais pobre economicamente com renda *per capita* inferior. Enquanto os municípios da Ecovale registram a média de renda *per capita* de R\$ 24.203,05 os municípios da Sul Ecológica registram R\$ 11.989,15, pouco menos da metade (FEE, 2013), como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1: Idese e Renda *per capita* dos municípios das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica.

Cooperativa	Município	Idese/2009	Renda <i>per capita</i> /2010	Média	
				Idese	Renda
Ecovale	Candelária	0,683	13.030,25	0,699	24.203,35
	Santa Cruz do Sul	0,778	40.671,53		
	Vale do Sol	0,616	15.438,03		
	Venâncio Aires	0,718	27.673,59		
Sul Ecológica	Arroio do Padre	0,581	10.802,39	0,654	11.989,15
	Canguçu	0,658	11.213,34		
	Cerrito	0,623	9.614,00		
	Herval	0,676	11.484,00		
	Morro Redondo	0,624	12.607,94		
	Pelotas	0,770	13.925,47		
	São Lourenço do Sul	0,695	12.674,70		
Turuçu	0,601	13.591,36			

Fonte: FEE, 2013.



As diferenças não param por aí. Há de se considerar também que a mesorregião Centro Oriental tem elevada concentração de pequenas propriedades rurais produtoras de fumo e de empresas fumageiras, fator que talvez explicasse o seu elevado índice da renda *per capita*. Os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires ressaltam a concentração da renda. A mesorregião Sudeste, por sua vez, historicamente concentra grandes propriedades rurais para a pecuária e produtoras de arroz. Só recentemente cresce a silvicultura e o número de produtores de tabaco em pequenas propriedades.⁶ Entrementes, enquanto a mesorregião Sudeste concentra elevado número de assentamentos da Reforma Agrária (RA), a Centro Oriental tem um número reduzido desses Projetos de Assentamentos e nenhum na área de abrangência da Ecovale.

A sede da Ecovale está localizada na cidade pólo de Santa Cruz do Sul, na mesorregião Centro Oriental, enquanto que a sede da Sul Ecológica está localizada na cidade pólo de Pelotas, na mesorregião Sudeste. Apesar de localizarem-se em regiões diferentes, as duas cooperativas apresentam algumas características comuns, tais como: as duas agem exclusivamente dentro dos princípios da Agroecologia; têm como entidade mantenedora a instituição religiosa Igreja Episcopal de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e contam com a assessoria técnica do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (Capa), unidade de Santa Cruz do Sul e de Pelotas. As duas são cooperativas pequenas, com menos de trezentos associados, investindo no mercado institucional regional. O Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) são suas principais fontes de renda. As duas cooperativas foram constituídas no início da primeira década do século XXI. Além disso, as duas cooperativas têm atuação regional, investem na organização social e política dos agricultores, executando ações multidisciplinares, concomitantemente ao trabalho de assessoria técnica à produção agrícola e às agroindústrias familiares. A seguir, alguns aspectos sócio-históricos de cada cooperativa, focados no desenvolvimento rural sustentável.

A) Ecovale

A cooperativa Ecovale, fundada no ano 2000, atua em quatro municípios da mesorregião Centro Oriental (Candelária, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol e Venâncio



Aires). Entre os sócios fundadores, havia três mulheres. Com isso, desde o início, a cooperativa motiva a participação da mulher – do casal – e dos jovens, esses estatutariamente podem se associar aos dezesseis anos. Os profissionais do Capa, antes mesmo da constituição da cooperativa, estimulavam aos agricultores ações da Agroecologia, bem como para a sua organização social e política. O Capa é uma organização não-governamental que, desde 1978, contribui na prática social, prestando assessoria técnica multidisciplinar junto aos agricultores familiares e outros públicos ligados ao espaço rural. Forma o conjunto de suas atividades a afirmação da AF como parte de uma estratégia do desenvolvimento rural sustentável, mediante a produção agrícola de base Agroecológica dos associados da Ecovale.

A Ecovale mantém uma loja e duas feiras ecológicas semanais de venda direta aos consumidores dos principais produtos orgânicos produzidos pelos seus associados. Além desses dois pontos de venda, a cooperativa também oferta produtos orgânicos para compor a merenda escolar das escolas da região e para outras cooperativas vinculadas à Rede Ecovida⁷ de Agroecologia, bem como para Lojas de Produtos Naturais e Ecológicos da região Metropolitana de Porto Alegre. Cinquenta e três associados, organizados em seis núcleos, ou grupos, com suas respectivas associações e especificidades na produção orgânica compõem a Ecovale: núcleo da Erva Mate⁸, do Panifício, da Feira Ecológica, do Mel Ecológico, dos Cereais Orgânicos e núcleo da Farinha Ecológica. Esses núcleos se reúnem mensalmente, formando o Conselho Administrativo da Ecovale, com acompanhamento técnico do Capa. Nas reuniões, fazem planejamento estratégico das ações produtivas e de logística, avaliando as práticas dos núcleos e da cooperativa.

As ações dos técnicos do Capa nos núcleos ocorrem no sentido de avaliar as práticas Agroecológicas dos associados que confeccionam o manejo do solo, a adubação verde, orgânica e o uso do preparado biodinâmico supermagro. Eles também assessoram na seleção de sementes orgânicas, no manejo natural dos insetos, bem como nas formas alternativas de conservação dos produtos e sementes e na reciclagem de resíduos agrícolas.



A produção da Ecovale tem o selo Produto Orgânico, sob a Auditoria Participativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A cooperativa, por meio de uma Comissão de Ética interna de forma participativa anualmente, emite às Unidades de Produção Familiar “Certificado de Conformidade Orgânica”, qualificando-as a partir de normas e princípios estabelecidos pela Rede Ecovida de Agroecologia, em conformidade à Lei dos Orgânicos (10.831/03). Dessa forma, estabelece-se uma rede participativa de confiança entre produtores e consumidores ecológicos, intermediada por ações uma esfera pública coletiva e ecológica de participação e comercialização: a cooperativa.

B) Sul Ecológica

A cooperativa Sul Ecológica foi fundada em 2001, sendo que havia cinco mulheres entre os sócios fundadores. A Sul Ecológica é resultado de intenso trabalho de base do Capa e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos pequenos agricultores, durante as décadas 1980-90, congregando agricultores ecologistas produtores de alimentos orgânicos, seguindo os princípios da Agroecologia. A partir de sua sede no município de Pelotas, atua em mais sete municípios (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Turuçu) da mesorregião Sudeste. Possui 253 associados aos quais agencia mercado para seus produtos orgânicos *in natura* e semiprocessados. Seus principais produtos *in natura* são hortaliças, cereais e frutas. Já os produtos semiprocessados principais são: mel, *schmier* e sucos de frutas e conservas.

Com o lema “produzindo alimentos ecológicos, valorizando a vida”, a Sul Ecológica mantém uma loja e feiras ecológicas de venda direta aos consumidores. Ela também oferta produtos orgânicos para toda região Sul do estado RS por meio do mercado institucional, dos programas governamentais PAA e PNAE. Os associados encontram-se estatutariamente organizados em núcleos, de no mínimo cinco famílias. As ações práticas da cooperativa Sul Ecológica contemplam a organização social da produção orgânica, por meio do planejamento estratégico de produção de alimentos e da afirmação da AF. A Sul Ecológica atua dentro do Programa de Diversificação das Áreas de Cultivo de Tabaco, do Governo Federal, executando Projetos de apoio à produção de alimentos orgânicos, consolidando



processos de conversão produtiva do tabaco para alimentos. Convém mencionar que mais de 900 fumicultores encontram-se inseridos no Projeto.

A Sul Ecológica integra a Rede Ecovida de Agroecologia, emitindo o selo “Produto Orgânico” para seus associados. Além disso, participa ativamente em diversos espaços públicos de interlocução com as demais entidades da AF, como a “Rede Vida à Granel” e governamentais, executando projetos de capacitação. Dentre eles, destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Sementes Orgânicas para seus associados e demais agricultores. A Sul Ecológica surgiu com o objetivo de congregar os agricultores familiares ecológicos, agenciando mercado aos seus produtos. Em 2002, inseriu-se no mercado institucional do Projeto de Segurança Alimentar de Pelotas e em 2003 foi entidade pioneira no estado RS a participar do PAA do Governo Federal. Mediante os recursos disponíveis e em busca de novos recursos, ela promove exclusivamente a produção e comercialização de produtos orgânicos de seus associados. Um de seus Projetos executados consiste na adequação de agricultores familiares ecológicos da região Sul do RS aos mecanismos de garantia de qualidade orgânica, a qual pode de forma participativa habilitar os agricultores ao certificado Produtor Orgânico.

O quadro social da Sul Ecológica é composto de agricultores familiares empobrecidos e descapitalizados. Entre os associados, encontram-se assentados da RA, pequenos agricultores de grupos remanescentes de quilombos – em áreas de quilombos. Esses grupos sociais historicamente estiveram à margem da sociedade, excluídos de políticas públicas, sem documentos pessoais e da terra, permanecendo na invisibilidade social. A participação na cooperativa possibilitou sua inclusão social, por meio da regulamentação de documentos e do acesso aos recursos públicos, bem como à assistência técnica adequada às suas condições sociais, econômica e cultural, aprimorando as suas condições de vida.

Alguns aspectos fundamentais da Teoria da Ação Comunicativa

A sociedade moderna possui procedimentos próprios de administração centrados em regras consensuais da maioria. A escolha democrática desses procedimentos decorre de pleitos eleitorais periódicos, respeitando majoritariamente a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário. O processo recente de



decisão dos governos tem se sustentado nas deliberações mediante a participação em fóruns amplos de debates e negociações na esfera pública. Contudo, o que vem a ser esfera pública? Em que sentido ela pode contribuir para a efetivação da ação comunicativa em cooperativas agrícolas Agroecológicas?

O pensamento habermasiano oferece oportunidades de compatibilizar teoricamente os ideais da modernidade com os problemas complexos e pluralistas da sociedade moderna pela ação comunicativa. A esfera pública constitui-se palco de debates e de deliberações e de tomadas de posições individuais e coletivas de legitimação de ações. A seguir, explicitam-se algumas contribuições teóricas de Jürgen Habermas na elaboração da Teoria do Agir Comunicativo, tendo, para isso, se distanciado do núcleo central da Escola Crítica de Frankfurt, edificando seu próprio pensamento.

Conforme Habermas (1997), a sociedade moderna estruturou-se basicamente na ordem racional-legal de dois sistemas: o político e o econômico. Ontologicamente correlacionados, eles determinam a condição humana legitimada pelo Estado Democrático de Direito. Portanto, na sociedade moderna as ações públicas são legitimadas por leis. Por vezes, os sistemas confrontam-se na defesa de interesses individuais privados ou coletivos públicos. Cada um dos sistemas é formado por um conjunto de subsistemas que regem a sociedade civil organizada na esfera pública e privada. As regras desses sistemas são corroboradas em ações comunicativas no mundo da vida e em esferas públicas da sociedade civil. Diante da possibilidade de colonialismo exercido pela ação instrumental do sistema econômico, os atores do mundo da vida engajados na esfera pública reagem, ressaltando os seus problemas individuais e coletivos da esfera privada na esfera pública, na tentativa de solucioná-los.

Na sociedade moderna, de um lado, há o sistema econômico é constituído basicamente pelo direito privado de propriedade, que vem sendo organizado desde Hobbes e os contratualistas, de modo a ir ao encontro das perspectivas egocêntricas do homem moderno. Esse sistema é regido pelo “médium”⁹ dinheiro (lucro), sendo a economia dirigida pelo trabalho, pelo capital e pelos mercados de bens. O seu “núcleo institucional é formado por associações e organizações livres não estatais” (HABERMAS, 1997, p. 99), às vezes estabelecendo relações diretas com o Estado



constituído no sistema político. Sua forma racional de ação é a instrumental técnica, geralmente, como afirma Fedozzi, “invadindo os espaços do mundo vivido, desalojando e expulsando a ação comunicativa do seu *habitat* natural” (2000, p. 46). Dessa forma, a ação instrumental tende a colonizar as ações no mundo da vida, destruindo relações de espontaneidade estabelecidas na ação comunicativa endógena ao longo da história.

De outro lado, está o sistema político constituído basicamente pelo Direito (leis), Judiciário, governos (Executivo) e pelo Parlamento. Esse sistema mantém uma seleção de canais comunicacionais com a sociedade civil (Partidos, Conferências, Fóruns...) e com o sistema econômico, lidando com a imprevisibilidade dos eleitores. As funções do Estado visam ao bem comum, de forma simétrica, sendo regido pelo “médium” poder. A democracia forma um equilíbrio social do poder de tal modo que a política leve em consideração o que Habermas considera como “amplo leque de interesses simétricos” da sociedade civil (1997, p. 60).

A sociedade civil, por sua vez, é formada por um conjunto de “associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 99). Na sociedade civil organizada, pessoas e entidades captam os ecos dos problemas ressonantes na esfera privada, que são condensados e transmitidos para a esfera pública especializada, a fim da legitimação das ações pelo poder Estatal constituído.

Habermas (2003) instrui que a categoria analítica esfera pública precisa ser explorada no vasto campo imputado à política, dentro dos limites de cada uma das disciplinas sociológicas. O objeto de sua investigação sociológica foi a esfera pública burguesa europeia concebida como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico de desenvolvimento da sociedade burguesa europeia. Nessa esfera, tudo se torna visível a todos, tornando-se público. Em suas obras, Habermas alerta para a diferenciação do uso corrente de público e de esfera pública, com sua multiplicidade de significados. Inicialmente, ele identifica público a certos eventos em contraposição às sociedades fechadas: público *versus* privado. Em seguida, ele faz alusão público a prédios públicos, referindo-se simplesmente aos



locais que abrigam instituições do Estado. O Estado, por sua vez, é o poder público com o atributo de promover o bem público comum a todos os cidadãos. Os vários significados correlatos de público remetem ao sujeito da esfera pública, o qual seja: o público enquanto livre portador de opinião pública, com função crítica à sua publicidade.¹⁰

Conforme Habermas (1997, p. 99), a esfera pública, ou espaço público, pode ser descrita como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. A esfera pública funciona como uma caixa de ressonância dos problemas existentes no mundo da vida, podendo ser canalizados para serem tratados pelo sistema político. Conforme Habermas (1997), a esfera pública se reproduz por meio do agir comunicativo, implicando o domínio de uma linguagem natural em sintonia com a prática comunicativa cotidiana. A esfera pública constitui, principalmente, uma “estrutura comunicacional do agir comunicativo orientado pelo entendimento, enraizado no mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 92), e está relacionada ao espaço social gerado no agir comunicativo.

A esfera privada, ou íntima, ao seu turno, é o espaço demarcado pelas relações de intimidade. Na esfera privada ocorrem as “densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc.” (HABERMAS, 1997, p. 93). Nela, as biografias particulares, das pessoas privadas compõem o espaço da vida privada. O limiar entre esfera privada e esfera pública é definido por meio de condições de comunicação modificadas, de um lado assegurando a intimidade e, de outro, a publicidade, como afirma Habermas (1997). Há, contudo, um fluxo contínuo de temas e de problemas entre uma esfera e outra, enraizado no mundo da vida, esse como elemento central no pensamento habermasiano.

O conceito mundo da vida Habermas resgata da fenomenologia de Husserl. Seria, segundo Fedozzi (2000, p. 46), um

pano de fundo cultural que permite aos indivíduos interagirem em um mundo predeterminado, ele não se limita apenas à ideia de um pano de fundo cultural, possui, como pano de fundo, normas e experiências subjetivas, assim como práticas e habilidades individuais.



Desse modo, o mundo da vida constitui um espaço de reflexividade da cultura, da linguagem comum, das normas e práticas institucionais. As funções da linguagem no mundo da vida traduzem-se em ações práticas articuladas, em ações comunicativas mediante a participação no modo de operar de subsistemas de ação especializados, como a escola, para reprodução cultural e educacional, a família, para a socialização, e o Direito, para a integração social. Desse modo articulado, eles desempenham também outras funções relacionadas à totalidade do mundo da vida.

O agir comunicativo, além de “médium” da reprodução do mundo da vida, também é “médium” para a reprodução da esfera pública. Ele constitui uma estratégia adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões dos atores sociais do mundo da vida engajados na esfera pública. Os agentes sociais, por meio do agir comunicativo, constroem livremente “interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se daqueles que visam o sucesso” (HABERMAS, 1997, p. 92), como oportunistas. O agir comunicativo reforça os problemas sociais que repercutem nas biografias de pessoas particulares, constrói resistências às imposições de colonização do sistema econômico, apontando para a descolonização do mundo da vida e a restauração da sociabilidade, da espontaneidade e da solidariedade.

Há duas posições sociais para as ações práticas do Agir Comunicativo. Por um lado, podem reforçar as ações instrumentais técnicas do sistema econômico, impondo um processo de colonização do mundo da vida; a ação instrumental é a forma de ação técnica planejada que aplica (racionalmente) os meios para a obtenção de fins; “essa forma de ação é típica da integração sistêmica, institucionalizando-se nos sistemas econômico e político” (FEDOZZI, 2000, p. 46). Por outro lado, podem reforçar as ações comunicativas dos atores sociais engajados na esfera pública, fazendo ressoar os problemas sociais, econômicos e ambientais, como estratégia de descolonizar o mundo da vida, emancipando os agricultores, por meio de práticas sustentáveis fundamentadas nos princípios da Agroecologia, no caminho do Desenvolvimento Rural Sustentável. Neste sentido,

a ação comunicativa se dá numa base interativa dos mundos objetivo, social e subjetivo, permitindo que os atores relacionam-se simultaneamente com:
a) os fatos da natureza; b) com as pessoas e c) com suas pulsões



interiores, expressando seus sentimentos e vivências (FEDOZZI, 2000, p. 46).

Essas são as ações comunicativas que se manifestam por meio da estrutura organizacional das cooperativas agrícolas ecológicas (grupos, conselhos, encontros...), fundamentadas na participação de seus associados na esfera pública. Assim, de posse desse entendimento da Teoria habermasiana do Agir Comunicativo, é possível, agora, compreender a posição social que ocupa o cooperativismo agrícola na sociedade civil organizada na história recente do estado do RS, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, especialmente do cooperativismo agrícola com ações produtivas com base nos princípios da Agroecologia.

As cooperativas Ecovale e Sul Ecológica e o Desenvolvimento Rural Sustentável

As entrevistas realizadas com os associados, dirigentes e profissionais nas cooperativas evidenciaram alguns dados empíricos passíveis de análise, a fim de uma possível explicação sociológica. Primeiramente, há de se considerar que as ações comunicativas observadas encontram-se imersas no contexto da AF. Nesse contexto, os associados são agricultores familiares, em pequenas propriedades rurais que agem com a mão de obra familiar escassa, devido à saída dos jovens do espaço rural para estudar ou trabalhar nas cidades em busca de oportunidades para realizar seus projetos de vida. Nos casos investigados, somente adultos e idosos encontravam-se no ambiente familiar rural, confirmando as manifestações de que os jovens, em especial as moças, estão saindo do meio rural (ABRAMOVAY, 1998), sem perspectivas de significativo retorno.

Em segundo lugar, esses agricultores descapitalizados manifestaram ser beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), fator fundamental de sua permanência no campo. O acesso aos recursos do Pronaf resolveu relativamente os problemas relacionados às atividades produtivas e comerciais. Alguns casos, os recursos acessados, somados à estiagem prolongada e aos rigores do inverno, geraram dívidas, aumentando a descapitalização dos agricultores familiares. Nesse sentido, a cooperativa foi um instrumento legítimo de comercialização de seus produtos orgânicos e de organização da produção. Os agricultores perceberam um rendimento maior na



venda de produtos orgânicos, o que amenizou relativamente os problemas de ordem econômica.

Em terceiro lugar, essas cooperativas agrícolas ecológicas, além de trabalharem com os pequenos agricultores, trabalham com grupos sociais historicamente marginalizados, imersos na exclusão social. A Sul Ecológica trabalha com assentados da RA e Quilombolas. Esses, por meio da cooperativa, organizaram a produção, diversificando-a com a assessoria técnica qualificada, planejam a produção para o mercado institucional. Assim, de simples beneficiários tornaram-se produtores. Alguns agricultores, antes mesmo da cooperativa, tiveram experiências coletivas em associações e em grupos espontâneos; na cooperativa, tiveram garantia de mercado e a assistência técnica adequada, bem como capacitações. Essas ações das cooperativas conferiram visibilidade e mobilidade social a esses grupos.

Finalmente, em quarto lugar, há o mercado institucional. O planejamento da produção para os programas PAA e PNAE ampliou a perspectiva de vida dos agricultores familiares, que melhor organizaram sua produção, diversificando-a conforme as demandas desse mercado. O desafio é a perenidade da produção, a fim de ofertar produtos orgânicos durante o ano todo, evitando a sazonalidade. Para isso, podem contar com inovações tecnológicas, instrumentos e equipamentos capazes de conservar naturalmente por mais tempo os produtos orgânicos *in natura* em câmaras frias, freezers, bem como processados em agroindústrias familiares. Essas ações estão modificando o espaço rural, aliadas à maior participação das mulheres nos processos produtivos, nas agroindústrias familiares e nas cooperativas. A motivação para a participação das mulheres nos quadros sociais e postos de coordenação denota não somente um passo à frente na gestão cooperativa, onde até recentemente só os homens participavam, mas também uma ação comunicativa rumo à sustentabilidade multidimensional, com a visão mais sensível e detalhista das mulheres e mais centrada nas questões ambientais. Quanto à motivação no que tange a participação dos jovens, a realidade é outra: uma exígua presença deles no espaço rural representa uma significativa preocupação da esfera pública com relação à questão da sucessão nas propriedades no contexto da AF.



Desenvolvimento Sustentável, esfera pública e o agir comunicativo.

As manifestações dos agricultores ecológicos investigados constituem ações comunicativas exercidas numa esfera pública coletiva, inserida no contexto da AF: a esfera pública cooperativa. O cooperativismo constitui um aglutinador de políticas públicas, visando ao fortalecimento social, econômico e cultural de agricultores, bem como dos agricultores ecológicos, fortalecendo a dimensão ambiental. As cooperativas ecológicas agem coletivamente confrontando as ações instrumentais técnicas individualistas do sistema econômico vigente. Não sem dificuldades, suas ações comunicativas tendem ao cultivo de práticas endógenas dos agricultores estabelecidas ao longo de suas histórias particulares, no mundo da vida localizado no espaço rural. As ações comunicativas das cooperativas ecológicas manifestam-se por meio de reuniões dos núcleos (grupos) e do Conselho Administrativo, etc. fundamentalmente em três direções, visando à sustentabilidade: na direção da inclusão social, da viabilidade econômica da produção de alimentos saudáveis e na direção da preservação produtiva, protegendo as populações de seus ecossistemas.

A Ação Comunicativa de inclusão social encontra-se nas práticas coletivas exercidas junto aos pequenos agricultores geograficamente mais distantes dos centros urbanos, nos assentamentos da RA e nos grupos de quilombolas. A cooperativa Sul Ecológica, além de trabalhar exclusivamente com a agricultura orgânica, caracteriza-se socialmente como esfera pública intermediária entre os quilombolas e seu reconhecimento sociocultural. Por ela, eles puderam organizar sua produção agrícola, comercializá-la e regularizar documentos pessoais e da terra. Eles podem manifestar sua arte e cultura, obtendo maior visibilidade social, por meio dos produtos agrícolas e de artesanatos. As ações da Ecovale, também não sem dificuldades, imprimem socialmente a identidade do agricultor orgânico, de base Agroecológica, não só mediante a emissão de certificado de Produtor Orgânico, mas especialmente mediante o reconhecimento da sociedade de sua conformidade com seus produtos orgânicos ofertados.

Quanto aos jovens, caberia analisar os motivos que os levam à mobilidade do campo para as cidades. De um lado, porque os próprios pais incentivam os filhos ao estudo, que, para isso, necessitam migrar para as cidades. De outro, o impedimento



legal de trabalhar, não devendo expor-se a trabalhos pesados, de risco, mantendo-se longe das atividades agrícolas. Desse modo, sem praticar a atividade agrícola, a tendência é sair do espaço rural. Além disso, eles não percebem a cooperativa como espaço adequado para sua socialização e projeção da vida. Disso decorre que os projetos dos jovens agricultores familiares não vão ao encontro dos projetos da agricultura familiar. Esse fato é fortalecido devido às moças saírem mais cedo, sem retorno, ampliando o fenômeno social do celibato rural masculino e envelhecimento da população rural.

Para enfrentar esses fatos e a ação instrumental técnica advinda especialmente de empresas privadas, os Conselhos Administrativos das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica, definiram que a qualificação técnica, a participação política e a formação em gestão do quadro social e dos dirigentes são tarefas prioritárias, como ações estratégicas de consolidação do cooperativismo e da Agroecologia. Elas são manifestações eficientes de ações comunicativas coletivizadas. Como estratégia de mercado, elas mantêm as lojas próprias, feiras ecológicas específicas da AF e investimentos no planejamento produtivo para ampliar o mercado institucional do PAA e PNAE, comercializando exclusivamente produtos orgânicos e auxiliando as nutricionistas das escolas públicas para aproveitar melhor os produtos orgânicos. O mercado institucional tem se manifestado importante ação de sustentabilidade dessas cooperativas ecológicas.

Dentre as ações comunicativas verificadas nas cooperativas ressalta-se a produção agrícola orgânica no caminho do desenvolvimento rural sustentável. Essas ações condensam-se no cultivo das sementes (orgânicas, crioulas,...), na produção de mudas própria, na confecção de adubos orgânicos, no manejo do solo, etc., até a preservação da agrobiodiversidade em um meio ambiente equilibrado. Por fim, o agir comunicativo para o entendimento, na busca da racionalidade sustentável, implica também a opção por uma sociedade em que prevaleça maior equidade socioeconômica de justiça social no espaço rural.

Considerações Finais

Apesar de as cooperativas estarem localizadas em mesorregiões distintas do estado RS, com diferentes índices de desenvolvimento e de renda *per capita*, elas



empenham-se na consolidação da agricultura orgânica, seguindo os princípios da Agroecologia. As suas ações confrontam-se com as ações instrumentais do sistema econômico e as regras do mercado por ele instituídas. Imersas nesse contexto, tanto a Ecovale como a Sul Ecológica encontraram no mercado institucional uma maneira de legitimar suas ações comunicativas, a fim de consolidar a viabilidade econômica de suas atividades, sustentar a organização social coletiva e programar práticas produtivas aliadas à preservação do meio ambiente. Sem a legitimação do Estado, por meio das políticas públicas e de Programas governamentais, elas dificilmente poderiam concorrer com o agronegócio ou com as grandes empresas estabelecidas para produção em escala nas duas regiões. O mercado institucional apresenta-se legitimado como um nicho seguro; fato esse que motiva as cooperativas a assumirem cada vez mais o desafio de planificar a produção agrícola, seu processamento e conservação natural para ofertar os produtos orgânicos durante o ano inteiro. Essas ações comunicativas expressas no contexto da AF, no caminho do desenvolvimento rural sustentável dão visibilidade a grupos antes invisíveis socialmente, como os quilombolas, ampliando a produção de alimentos saudáveis aliada à conservação do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. *In*: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Orgs.). **Por uma nova esfera pública: a experiência do Orçamento Participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/?secao=banco-dados&id=17>> Acesso em 28 abr. 2013.



SCHULTZ, Glauco. **Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Notas

¹ O artigo é recorte de pesquisa mais ampla em andamento sobre cooperativas agrícolas no Rio Grande do Sul.

² Filósofo (UCPel), Especialista em Sociologia (ISP/UFPe), Mestre em Sociologia (PPGS/UFRGS) e Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Email: nilsonbinda@yahoo.com.br.

³ Jürgen Habermas, nasceu em 1929, filósofo e sociólogo alemão. Até 1960 atuou da Escola Crítica de Frankfurt ao lado de Horkheimer, Adorno e Marcuse. Em 1961, ao publicar “A mudança estrutural da esfera pública” se distanciou da Escola de Frankfurt, lecionando nos Estados Unidos. Em 1981, publica em dois volumes, “A teoria do agir comunicativo”.

⁴ Mesorregião é uma subdivisão das Unidades Federativas criada pelo IBGE. Congrega diversos municípios com similaridades econômicas, naturais e sociais regionais. Ela é utilizada para fins estatísticos (FEE, 2013).

⁵ O Idese é um índice sintético, composto por 12 indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios, e Saúde (FEE, 2013).

⁶ Na década 2000-2010 houve crescimento de 216,17% na área plantada e 165,81% no volume da produção de fumo na Zona Sul do Estado RS (ITEPA, 2013).

⁷ A Rede Ecovida de Agroecologia, fundada em 1999, Florianópolis, estado de Santa Catarina é resultado do trabalho de organizações denunciando os impactos ambientais negativos da Revolução Verde. Sua constituição foi em torno da necessidade de um marco regulatório da certificação de produtos orgânicos (SCHULTZ, 2006, p. 78).

⁸ A marca registrada da Erva-Mate da Ecovale “Jopói®” tem origem etimológica na língua tupi guarani e quer dizer: “a gente se ajuda”. A escolha da marca foi resultado da participação coletiva dos associados.

⁹ Habermas (1997), com a expressão “médium” chama a atenção de como o dinheiro e o poder influenciam na reprodução do sistema econômico e político, assim como o agir comunicativo na reprodução da esfera pública e do mundo da vida. Ele destaca, ainda, a linguagem como “médium” do agir orientado pelo entendimento.

¹⁰ A opinião pública consiste nas posições sobre assuntos de interesse de uma Nação, livres e publicamente expressas por pessoas não participantes do governo. As opiniões reivindicam para si o direito de influenciarem ou determinarem as ações a pessoas ou a estrutura de governo. Conforme Habermas (2003), a opinião pública está relacionada à “publicidade”, enquanto instância crítica no exercício do poder político e social, e à publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo; ambas concorrem na esfera pública e implicam na correlação de processos grupais.